



Instituto de Previdência Social dos Servidores
Públicos do Município de Balneário Camboriú



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: 30/06/2013

Apresentação

Dentro do princípio da transparência, apresentamos o relatório da administração com a data base de **30/06/2013**, prestando contas do período que se findou, entre outras questões importantes também correlacionadas a gestão do RPPS.

Gestão de RPPS que em si deve reunir uma perfeita integração do conhecimento entre a atuária, a contabilidade, os benefícios, o direito e a área administrativa e financeira (onde se encontra inserido a gestão dos investimentos), para que possa atingir os seus objetivos de forma eficaz e eficiente para que haja um **bem estar dos segurados do RPPS** (no presente e no futuro).

Entende-se por “**bem estar**”, como cumprir com os compromissos do Instituto, garantindo reservas técnicas dos planos de benefícios do RPPS do Município, levando-se em consideração os princípios da boa governança, investindo com excelência e destinando recursos com zelo, probidade, transparência e dentro do contexto da legalidade para a cobertura das despesas e dos custos são essenciais e fundamentais.

O recurso é precioso, devendo ser gasto o tão somente necessário, visto que, o recurso economizado é imediatamente incorporado ao fundo previdenciário, submetido a aplicações financeiras regidas pela Resolução nº 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional e de acordo com a Política de Investimentos do BCPREVI para o exercício de 2013 (<http://www.bcprevi.sc.gov.br/investimentos/pi2013.pdf>), elevando as reservas técnicas do RPPS.

Mensagem da Diretoria

Neste período de análise, registramos a continua e imensa preocupação com as fortes oscilações negativas nos produtos de renda fixa, como também os de renda variável. Fruto da dinâmica econômica global e principalmente do Brasil. No qual estamos mantendo posição.

Para melhor entendermos este contexto, pinçamos informações e alguns artigos que espelham bem este conturbado e preocupante cenário econômico que impacta diretamente nos resultados dos RRPS's vislumbrando atingir a meta atuarial.

1. Por Claudia Safatle¹, diz em recente artigo publicado no Jornal Valor Econômico no dia 05 de julho de 2013 e intitulado "A tempestade perfeita" - também disponível na rede:

"... Na reunião ministerial de segunda feira, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, foi enfático na necessidade de o governo apresentar uma meta crível para o superávit primário, lembrou que a taxa de câmbio é uma variável sob a qual o BC não tem controle e que seu impacto na inflação não é algo trivial, mas será menor do que foi em 2008-2009. Salientou que há dois meses a inflação anualizada está na meta. E disse, ainda, que a vantagem em relação à crise financeira de 2008 é que, agora, as empresas brasileiras não estão expostas a ativos tóxicos.

A desvantagem, que ele não mencionou, é que os indicadores da atividade econômica não sustentam a tão anunciada recuperação e o aumento do investimento, ansiosamente aguardado, não se confirma. Analistas de mercado passaram a considerar, de uns dias para cá, o risco de uma contração do PIB no terceiro trimestre. Essa ainda não é uma previsão, mas um temor. As expectativas de crescimento para o ano estão sendo rebaixadas para a casa de 2% ou menos."

2. Por Armando Castelar Pinheiro², diz em recente artigo publicado no Jornal Valor Econômico no dia 05 de julho de 2013 e intitulado "Após a euforia" - disponível na rede:

"Faz pouco mais de um ano que Fabio Giambiagi e eu publicamos nosso livro "Além da Euforia: Riscos e Lacunas do Modelo Brasileiro de Desenvolvimento". Ao escrevê-lo, nos motivou a percepção de que a política econômica brasileira errava em duas frentes. Primeiro, surfava os ventos favoráveis vindos do exterior, sem atentar para o fato de que o modelo era dinamicamente explosivo. Segundo, nada fazia para atacar os problemas que limitam o potencial de crescimento da economia brasileira.

O Brasil acelerou o crescimento entre 2004 e 2010, aproveitando condições iniciais muito favoráveis e a ajuda vinda da demanda chinesa por commodities. As reformas dos anos 1990 tornaram a economia mais eficiente e sua consagração pelo governo Lula reduziu o risco político. A partir daí, e de reformas como a do crédito consignado e da alienação fiduciária de imóveis, o crédito aumentou com força, aproveitando o baixo endividamento das famílias. Isso impulsionou as vendas no comércio e setores como construção e serviços, que são intensivos em trabalho.

¹ "A tempestade perfeita" - <http://www.brasil247.com/pt/247/economia/107608/>

² "Após a euforia" - <http://www.ie.ufrj.br/clipping/download/aposaeuforia.pdf>

Como o desemprego era inicialmente elevado e o real se valorizou continuamente, a pressão sobre os preços foi moderada. Também foi fundamental que a alta no preço das exportações permitiu uma forte expansão das importações, com uma deterioração consistente, mas moderada, da conta corrente, que era positiva quando esse ciclo teve início. O preço mais alto das exportações também beneficiou o agronegócio e a mineração, estimulando investimentos.

A dúvida é se a maré vazará rápido o bastante para mudar a política econômica antes das eleições. Foi um período de euforia e felicidade geral. A renda e o emprego aumentaram, a inflação e os juros caíram, a expansão do crédito viabilizou uma alta ainda maior do consumo e o surgimento da "nova classe média". O lucro de empresas e bancos subiu, atraindo mais investimento e elevando as receitas públicas, dessa forma viabilizando mais gastos com os projetos favoritos dos políticos.

Até aí tudo bem. O problema foi não se entender que esse modelo não poderia se sustentar indefinidamente. A contínua apreciação do real, fundamental para que as famílias ficassem mais ricas, comprometia a competitividade da indústria. As dívidas, contraídas em volumes crescentes, um dia precisariam ser pagas. Os preços das exportações não iam subir para sempre, nem os resultados externos poderiam piorar indefinidamente sem gerar uma crise externa. E sem reformas não havia como sustentar o crescimento quando o exército de desempregados se esgotasse.

Quando começaram a surgir os primeiros sinais de esgotamento desse modelo, a política econômica, em vez de corrigir os desequilíbrios, introduziu novos incentivos para manter a dinâmica anterior. Foi então que se adotou, ao final de 2011, a "nova matriz econômica".

Basicamente essa consistiu na redução dos juros, tanto pelo Banco Central, começando com a surpreendente decisão de cortar a Selic em 31/8/2011, como nos bancos comerciais, sob a liderança do BB e da Caixa. A política fiscal ficou ainda mais expansionista, com o abandono das metas de superávit primário, apenas cumpridas, pro forma, via "contabilidade criativa". O crédito dos bancos públicos aumentou a taxas extraordinárias, mais do que compensando a retração das instituições privadas.

No campo microeconômico, a "nova matriz" compreendeu um aumento do intervencionismo estatal, via seleção de "campeões nacionais" e a pressão sobre as tarifas nos setores de infraestrutura.

Tudo isso reduziu ainda mais o potencial de crescimento. Como a "nova matriz" é essencial e reconhecidamente uma política de fomento ao consumo, as pressões inflacionárias aumentaram. A reação foi outra vez insistir na política em curso. Em vez de apertar as políticas monetária e fiscal, essas se tornaram ainda mais expansionistas. O intervencionismo estatal também aumentou. Adotou-se um regime parcial de controle de preços, com o uso de isenções tributárias e a compensação financeira de empresas e governos que limitassem os aumentos de preços.

Em tempos normais os mercados teriam reagido mal. Mas os tempos não eram normais. Após a crise de 2009, os termos de troca brasileiros melhoraram significativamente, com o preço das exportações subindo 48%, em dólares, entre 2009 e 2011. Isso permitiu que as importações crescessem ainda mais, sem pressionar demais as contas externas. Além disso, o Fed e os bancos centrais europeus e japoneses aumentaram muito a liquidez internacional. O interesse por ativos brasileiros explodiu, viabilizando uma queda do juro longo.

Como diz Warren Buffet, "só quando a maré baixa é que se sabe quem estava nadando sem roupa". A normalização monetária nos EUA, ainda que muito no início, já baixa a maré da liquidez internacional. Pela reação dos preços de ativos brasileiros, como ações, moeda e títulos de renda fixa, o mercado se questiona com que roupa estávamos surfando a cena internacional. A euforia já não é a mesma, mostram as ruas. A dúvida é se a maré vazará rápido o bastante para mudar a política econômica antes das eleições."

3. Por Beatriz Cutait e Luciana Seabra, diz em recente artigo publicado no Jornal Valor Econômico no dia 27 de junho de 2013 e intitulado "Um semestre para esquecer" - disponível na rede:

"Sem saída. É dessa forma que o investidor se sente quando analisa o rendimento de suas aplicações não só em junho, mas também no primeiro semestre de 2013. Nem o investidor mais conservador nem o mais disposto a correr riscos tiveram vez na primeira metade do ano, período no qual a maior parte das aplicações financeiras teve perdas reais (descontada a inflação) ou ganhos pouco representativos.

Nem no auge da crise financeira, no segundo semestre de 2008, o investidor tinha tantos motivos para se preocupar. Naquele momento, mesmo com a derrocada do mercado acionário brasileiro, os aplicadores podiam se refugiar na renda fixa, na qual encontravam ganhos reais acima de 4% e conseguiam acalmar os nervos. Desta vez, a história é diferente. Ao mesmo tempo que o Ibovespa exibe queda de 23% até 25 de junho, a maior desde o segundo semestre de 2008 (-42,25%), todas as aplicações de renda fixa marcam retorno real inferior a 1% - o CDI, principal referência, deve encerrar o semestre a 0,21%.

Entre janeiro e junho deste ano, 11 das 18 principais aplicações financeiras tiveram perdas reais. As moedas - dólar e euro - foram praticamente o único "refresco" do semestre, seja via aplicação direta ou via fundos cambiais. Mas os ganhos com essas aplicações não chegaram a animar investidores, tendo em vista que são ativos de alta exposição ao risco e pouco recomendados por consultores financeiros para a pessoa física.

A saída de recursos estrangeiros, a expectativa da retirada gradual dos estímulos econômicos nos Estados Unidos e a desaceleração brasileira explicam parte do contexto conturbado do mercado. O semestre, contudo, já está chegando ao fim e o investidor quer saber o que esperar pela frente. Diante das fortes perdas que assolaram o mercado até junho, as oportunidades começam a aparecer. Mas é preciso analisar com cautela o momento de iniciar as compras, já que ainda há muitas incertezas rondando as cenas internacional e doméstica.

Mesmo com a queda forte da bolsa, as oportunidades na renda fixa são mais unânimes. Como os prêmios subiram muito, principalmente a partir de maio, investidores institucionais aproveitam para montar posições. Para se ter ideia, a taxa pré das NTN-Bs mais longas, para 2050, que chegou à mínima de 3,88% em janeiro, bateu 5,98% na semana passada, embora estivesse ontem em nível mais baixo, de 5,45%. A taxa pode ir mais longe, mas a recomendação, para alguns, já é de compra.

"A pessoa física deve fazer uma montagem gradual de posição, sem se preocupar com a volatilidade", diz Marcelo Mello, vice-presidente da SulAmérica Investimentos, para quem os títulos com vencimento a partir de 2022 são os mais atraentes. O investidor de varejo tem que ficar atento, diz, para não ficar na ponta errada neste momento de ativos em queda e não chegar "atrasado".

Na visão de Luciano Rostagno, estrategista-chefe do banco WestLB do Brasil, a renda fixa ainda é a opção mais interessante, especialmente os títulos mais curtos, menos sujeitos à volatilidade. Até porque as perspectivas macroeconômicas para os próximos meses não são as melhores. "Teremos ano eleitoral em 2014 e dificilmente vamos ver alguma movimentação no âmbito da política fiscal para restabelecer a credibilidade do governo. Pelo contrário, é mais provável que sejam adotadas medidas populistas e, com isso, haja nova deterioração do lado fiscal."

4. Por Lucinda Pinto³, diz em recente artigo publicado no Jornal Valor Econômico em 14/06/2013 e intitulado "Títulos causam perda de R\$ 120 bi" - disponível na rede:

"A instabilidade do mercado de renda fixa global assistida desde o início do mês de junho já deixa uma perda potencial para os detentores de títulos públicos brasileiros estimada em mais de R\$ 120 bilhões neste ano. Essa conta leva em consideração a desvalorização dos papéis prefixados e indexados a índices de preço emitidos pelo Tesouro Nacional no mercado doméstico, cujo estoque nas mãos do mercado é de aproximadamente R\$ 1,3 trilhão. São os títulos preferidos dos investidores estrangeiros, mas também os que estão espalhadas entre fundos de investimento e de previdência. O cálculo refere-se a uma perda meramente contábil. Para que se torne um prejuízo real, os investidores têm que vender seus papéis aos preços atuais. Caso os mantenham em carteira, podem recuperar o prejuízo.

A intensa volatilidade nesse mercado levou o Tesouro Nacional a voltar a recomprar títulos públicos, ontem, das mãos dos investidores pela primeira vez em quase cinco anos. A última vez que uma operação semelhante havia sido feita foi em outubro de 2008, em meio à crise gerada pela quebra do banco Lehman Brothers.

A atuação do Tesouro teve como objetivo dar parâmetros de preços a um mercado distorcido por uma onda de zeragem de posição e dúvidas sobre qual é o valor justo dos ativos que os investidores carregam em suas carteiras. De fato, a ação teve efeito imediato e as taxas pagas voltaram a ceder. Mas, para especialistas, essa atuação não interrompe definitivamente os riscos de perda para os investidores. "Foi uma ação oportuna, mas em que se combate os efeitos, e não a causa da tensão", explica um analista.

Desde o início de junho, o mercado vem assistindo a uma onda de desvalorização no mercado de renda fixa nada trivial. As perdas são mais evidentes entre os títulos atrelados ao IPCA, as chamadas NTN-B, que têm os prazos mais longos da dívida mobiliária federal e menor liquidez no mercado secundário. Para esses papéis, a perda estimada é de cerca de R\$ 60 bilhões. Quanto mais longo o prazo do papel, maior é a perda.

³ <http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?cod=899482>

São principalmente razões externas ao Brasil as que explicam esse quadro. A alta dos juros dos títulos do Tesouro americano, os Treasuries, detonada pela possibilidade de a política monetária americana mudar de rumo nos próximos meses, estimula investidores globais - especificamente os chamados fundos hedge, que buscam altas taxas de retorno e que são sensíveis a qualquer alteração de cenário - a desfazer seus investimentos em renda fixa no mundo. Os juros, assim, sobem em todos os mercados emergentes para onde o capital internacional migrou nos últimos anos. É o chamado efeito portfólio, em que ajustes nas carteiras dos investidores globais provocam mudanças drásticas nos preços dos ativos em todas as praças.

Esse movimento pegou o mercado local já fragilizado. Um processo de aperto monetário foi iniciado em abril deste ano, fenômeno que por si só faz o investidor em ativos prefixados perder dinheiro. Diante desse quadro, o investidor ainda põe na balança as dúvidas sobre a capacidade de o governo gerar crescimento e conter a inflação, além dos riscos que o quadro fiscal expansionista oferece.

O que se vê nestes dias, portanto, é uma bola de neve. À medida que o investidor estrangeiro vende títulos, os preços dos papéis caem. E os fundos de investimento e de pensão têm de marcar seus papéis a mercado, ou seja, corrigir o valor de suas carteiras para o nível praticado pelo mercado. O problema é que fundos têm metas a cumprir e se veem obrigados a se desfazer de parte desses papéis, reforçando a desvalorização. Muito do nervosismo vem do simples receio de que o mercado embarque nessa dinâmica.

Grandes fundos, muito alavancados em títulos de longo prazo, foram vistos liquidando suas aplicações nestes dias de fortes perdas dos títulos. No mês de junho, o IRF-M, índice que mede o desempenho dos papéis prefixados do Tesouro no mercado secundário, acumula perda de 1%. Títulos de longo prazo, como a LTN 2017, passaram a ser negociados com rendimento superior a 11% - muito acima da taxa Selic, que hoje está em 8%. Somente o IMA-B, relativo às NTN-Bs, papéis atrelados ao IPCA, tem queda de 4,15% no mês.

Quando a volatilidade torna-se aguda como a que se viu nestes dias, os corretores sequer conseguem definir um preço justo para o papel. E foi nesse contexto que o Tesouro decidiu se colocar à disposição do mercado para recomprar 1 milhão de NTN-F (títulos prefixados) com vencimento em 2021 e mais 1 milhão para 2023. Desse volume, foram recomprados apenas 200 mil papéis do vencimento mais longo.

Além de dar saída para o investidor que tentava vender seus papéis, a atuação oferece um sinal de que o Tesouro tem caixa e está disposto a agir para dar equilíbrio ao mercado. E o resultado do leilão, com a venda de apenas 10% do volume ofertado, demonstrou que a necessidade de venda efetiva dos títulos não era tão elevada. Mas, em um mercado pouco líquido e machucado por dias seguidos de perdas, era o suficiente para distorcer os preços. "Em momentos como o atual, bastaria que 1% dos investidores quisessem sair para fazer as taxas disparar", explica um especialista. "Mas quando o mercado percebe que Tesouro está atento e que há uma porta de saída, muitos agentes desistem de vender os papéis."

O leilão do Tesouro conseguiu colocar os juros futuros de volta à trajetória de queda ontem, mas as taxas ainda seguem carregando um prêmio considerável em relação ao fim de maio. O contrato do DI para janeiro de 2017 negociado na BM&FBovespa fechou com taxa de 10,34%, ante 10,65% na véspera. No fim do mês passado, era negociado por volta de 9,75%. Entre os contratos de curto prazo, o DI janeiro/2014 registrou taxa de 8,70%, ante 8,77%.”

E mais:

“Os investidores em títulos públicos com juros prefixados e em papéis do Tesouro atrelados à inflação já sofreram perdas de cerca de R\$ 120 bilhões neste ano devido à instabilidade dos mercados globais provocada pela expectativa de que o Federal Reserve, o banco central americano, comece a reverter a política de estímulo monetário.

Esse valor leva em consideração a desvalorização dos papéis prefixados e indexados a índices de preços, cujo estoque nas mãos do mercado é de aproximadamente R\$ 1,3 trilhão. São os títulos preferidos dos investidores estrangeiros e estão na carteira de seguradoras e de fundos de investimento e de pensão. Investidores do Tesouro Direto também estão arcando com fortes prejuízos. A alta dos juros dos títulos do Tesouro americano tem estimulado aplicadores globais, especialmente “hedge funds”, a desfazer investimentos em renda fixa fora dos EUA. Por isso, os juros têm subido em todos os mercados emergentes para onde o capital migrou nos últimos anos. Esses ajustes nas carteiras dos investidores provocam mudanças drásticas nos preços dos ativos em todas as praças.

À medida que o investidor estrangeiro vende seus papéis, os preços dos títulos caem. Os fundos são obrigados a atualizar os ativos a valor de mercado, o que provoca perdas imediatas. Como os fundos têm metas a cumprir e se veem obrigados a se desfazer de parte dos papéis, reforçam a desvalorização. Apenas neste mês, o IMA-B, índice que mede o desempenho das NTN-B, títulos atrelados ao IPCA, teve queda de 4,15%. No ano, o recuo foi de 9,1%. Os papéis com prazo de vencimento superior a cinco anos perderam ainda mais: 13,34%.

Para diminuir o nervosismo, o Tesouro fez ontem leilão de recompra de NTN-F, o primeiro desde outubro de 2008, ápice da crise mundial.”

5. Por Angela Bittencourt⁴, diz em recente artigo publicado no Jornal Valor Econômico em 14/06/2013 e intitulado “Salto do juro real detona perdas” - disponível na rede:

“O governo Dilma não conduz a política econômica no ritmo ou no molde talhado pelo antecessor, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas bancou a próspera mudança no perfil da dívida pública brasileira pautada desde 2003 pela substituição de títulos indexados à Selic, a LFT, vista como um entulho do período altamente inflacionário no país, por papéis com retorno prefixado e atrelados a índices de preços.

Confiante na capacidade de controlar a inflação, manter o apetite de investidores estrangeiros pelo risco Brasil e celebrando o tombo do juro real à casa de 2%, meta pessoal da presidente para o fim do

⁴ <https://conteudoclipppingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2013/6/14/salto-do-juro-real-detona-perdas>

mandato alcançada com dois anos de antecedência, o governo acelerou a venda de títulos com prazos mais longos e preferencialmente protegidos contra a inflação. Investidores em fundos de investimento, fundos de pensão, tesourarias bancárias e investidores estrangeiros, também confiantes nas conquistas do governo, fizeram da NTN-B estrela da renda fixa. E deram corda ao aumento de mais de R\$ 200 bilhões no volume desses títulos em mercado, em menos de dois anos.

Diante também de uma tolerância maior do governo Dilma com inflação mais alta, os investidores passaram a comprar títulos indexados por índices de preços para se proteger. O que eles não contavam é com a virada do cenário que acabaria tornando a NTN-B, entre outros papéis do governo, alvo de perdas bilionárias em curto espaço de tempo.

Em quatro meses deste ano, mais de R\$ 30 bilhões de NTN-B chegaram ao mercado. E tudo acabaria bem, se o Federal Reserve, o BC americano, não comesse a dar sinais de mudança no ciclo monetário americano, patrocinando o aumento dos juros no mercado internacional por precaução; se o governo brasileiro apostasse menos no crescimento dando prioridade ao combate à inflação; e se uma crise de credibilidade não assolasse o governo, colocando em xeque a orientação da política econômica, da política monetária, da política cambial e, sobretudo, da política fiscal.

A deterioração dos preços dos papéis do governo, negociados exclusivamente no mercado interno, se agravou sobretudo nas últimas semanas, com o dólar disparando ante o real, potencializando o temor de um descontrole da inflação. E por justo motivo. Neste ano, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) efetivamente apurado saltou de 5,84% para o patamar de 6% no acumulado em 12 meses. Mês a mês, de janeiro a maio, essa leitura de inflação permaneceu praticamente colada em 6,5% - teto da banda de flutuação prevista no regime de metas adotado pelo governo brasileiro. Em junho, estimam especialistas, esse índice acumulado pode alcançar 6,8%.

Com o mundo virando do avesso, a inflação brasileira esticada ao limite do permitido pela lei, a atividade em recuperação lenta, apesar das inúmeras desonerações setoriais anunciadas pelo Ministério da Fazenda, e com a percepção de que o governo também não persegue a política fiscal que recupere sua credibilidade, os juros dispararam. A taxa real saltou de 1,54% em dezembro para 3% - maior patamar desde abril de 2012. E vem daí boa parte da perda amargada por compradores de NTN-B. Prejuízos não vêm apenas de projeções equivocadas para inflação, mas pelo fato de o retorno prefixado ser tragado por remarcação de preços."

6. Por Miriam Leitão⁵, diz em recente artigo publicado no Jornal O Globo em 14/06/2013 e intitulado "Erros velhos na economia" - disponível na rede:

"Os últimos 30 meses foram marcados por erros antigos sendo novamente cometidos na economia brasileira. Juros caíram com inflação acima da meta; empresas escolhidas receberam crédito subsidiado; reajustes de preços foram adiados a pedido da Fazenda. Estatísticas de gastos públicos receberam maquiagem; o real foi desvalorizado para proteger a indústria e os efeitos sobre a inflação foram minimizados.

⁵ http://portal.newsnet.com.br/portal/gpinfo/clipping.jsp?cod_not=597614&cod_cli=61&cod_prod=81&cod_assi=87

A lista é longa e não termina aqui. O incentivo ao consumo foi colocado em primeiro plano, como se fosse suficiente para estimular investimentos. Bancos públicos sofreram pressão para conceder crédito, se expondo a riscos com aportes bilionários do Tesouro. A crise internacional foi subestimada, marcos regulatórios foram alterados a toque de caixa, medidas econômicas passaram a ser anunciadas em cadeia nacional de televisão, como uma benesse do governo à população.

Muitos economistas emitiram alertas sobre esses equívocos. O PIB baixo, a inflação novamente elevada, a ameaça de rebaixamento da nota do país e, principalmente, a queda da popularidade da presidente aumentaram a sensibilidade do governo às críticas. O Banco Central deu meia-volta na política monetária e voltou a subir os juros, de forma unânime, endurecendo o discurso. Começou a reverter a situação, mas o custo foi alto: as expectativas para o IPCA fugiram do centro da meta de 4,5% para um período de 24 meses à frente.

Na política fiscal, tudo é ainda ambíguo. No mesmo dia em que volta a falar de austeridade, o governo anuncia uma nova emissão de dívida para injetar dinheiro na Caixa e estimular o consumo. A despesa do governo com juros caiu de 5,69% do PIB, em agosto de 2011, para 4,81%, em abril deste ano, por causa da redução da Selic. Mas, ainda assim, o déficit nominal subiu, de 2% para 2,92%, no mesmo período.

As declarações do ministro Guido Mantega são um flanco aberto na credibilidade da política econômica. Disse na quarta-feira que a inflação está caindo de forma consistente, mas, na verdade, está em alta no acumulado de 12 meses e, em junho, deve estourar o teto da meta pela décima vez no governo Dilma. Ainda é possível mudar o rumo, mas é inevitável a constatação de que muito tempo foi perdido.”

7. Por Victor Martins e Deco Bancillon⁶, diz em recente artigo publicado no Jornal Correio Braziliense em 06/06/2013 e intitulado “Instabilidade econômica provoca desvalorização dos títulos públicos - Os prejuízos são fruto da inflação alta e dólar volátil, e das declarações desencontradas de integrantes do governo, que minam a confiança do capital” - disponível na rede:

“Os investidores que viam um porto seguro nos títulos públicos do governo para a proteção do patrimônio estão assustados. Ao conferirem os extratos de suas aplicações no Tesouro Direto e em fundos de renda fixa e de previdência, muitos estão se deparando com perdas inesperadas de mais de 3% neste mês ou rendimentos pífios, incompatíveis com o processo de elevação da taxa básica de juros (Selic) promovido pelo Banco Central. Os prejuízos são provocados, principalmente, pela instabilidade no quadro macroeconômico, com inflação alta e dólar volátil, e por declarações desencontradas de integrantes do governo, que minam a confiança do capital.

Boa parte das perdas dos fundos é comandada pelos papéis indexados à inflação, as Notas do Tesouro Nacional série B (NTNs-B), que vêm derretendo. No ano, esses títulos já perderam, em média,

⁶ http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2013/06/06/internas_economia,369903/instabilidade-economica-provoca-desvalorizacao-dos-titulos-publicos.shtml

5% de seu valor. Tal desvalorização é repassada aos investidores por meio do que os especialistas chamam de marcação a mercado. Todos os dias, os bancos são obrigados a registrar nos fundos de investimento os preços dos títulos públicos, nos quais estão aplicados os recursos da população — mais de R\$ 1 trilhão. Como eles estão em baixa, o valor das cotas dos fundos diminui e, conseqüentemente, o patrimônio dos poupadores.”

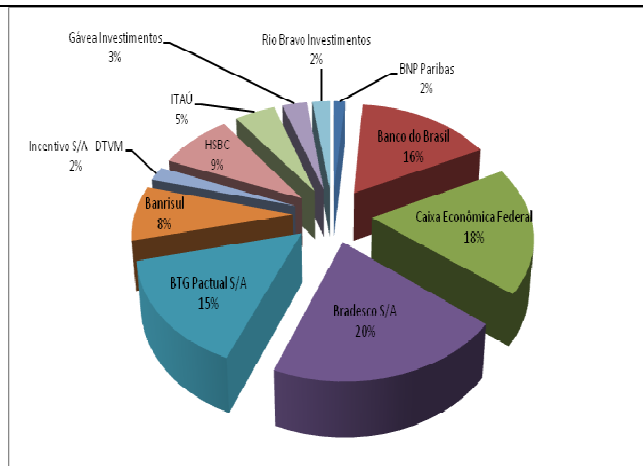
1. Recursos alocados - 30/06/2013:

Instituição	Aplicação	Saldo em 28/06/2013	
Banco do Brasil	BB Previd. IMA-B Títulos Públicos	R\$ 10.046.455,42	IMA-B
Banco do Brasil	BB Previd. RF IRFM-1	R\$ 4.050.765,25	IRFM-1
Banco do Brasil	BB Previdenciário RF IMA-B	R\$ 2.651.397,17	IMA-B
Banco do Brasil	BB Previdenciário RF IDKA 2	R\$ 7.506.726,41	IPCA
Banco do Brasil	BB Previdenciário RF Perfil	R\$ 3.068.991,70	CDI
Banco do Brasil	BB Previdenciário IMA Geral EX	R\$ 4.181.642,41	IMA GERAL
Banco do Brasil	BB Previdenciário Multimercado	R\$ 1.453.262,07	MULTIMERCADO
Caixa Econômica Federal	Caixa Brasil IPCA XII	R\$ 1.507.123,28	IPCA
Caixa Econômica Federal	Caixa IPCA I Multimercado CP	R\$ 2.536.135,80	MULTIMERCADO
Caixa Econômica Federal	Caixa FIC Ações Valor Small CAP RPPS	R\$ 1.275.817,92	VARIÁVEL
Caixa Econômica Federal	Caixa Brasil IRFM-1 TP RF	R\$ 18.667.001,19	IRFM-1
Caixa Econômica Federal	CAIXA FIDC RPPS Consignado BMG	R\$ 7.196.409,31	FIDC
Caixa Econômica Federal	CAIXA FI Brasil Ref. DI Longo Prazo	R\$ 87.435,71	CDI
Bradesco	Bradesco IMA Geral	R\$ 17.023.674,42	IMA GERAL
Bradesco	Bradesco TP IMA-B	R\$ 11.791.805,93	IMA-B
Banco Itaú	Itaú Instit. Renda Fixa Inflação 5 FIC	R\$ 6.085.802,87	IMA-B 5
Banco Itaú	Itaú Instit. Renda Fixa Inflação FICFI	R\$ 1.311.551,19	IMA-B
Banco Itaú	Itaú Renda Fixa IMA-B ATIVO FI	R\$ 646.281,04	IMA-B
Gradual Investimentos	Piatã FIRF LP Previd.Créd. Privado	R\$ 3.266.649,92	CDI
HSBC	HSBC Ativ. Regimes Prev. Ativo	R\$ 1.139.456,48	IMA-B5/IRFM
HSBC	HSBC FI RF LP Preços	R\$ 4.326.867,46	IMA-B
HSBC	HSBC Reg. Prev. ATIVO IPCA	R\$ 1.068.384,76	IPCA
Banco Pactual	Pactual FIA Inst. Dividendos	R\$ 4.212.691,86	VARIÁVEL
Banco Pactual	Pactual IPCA FI REF	R\$ 14.351.043,26	IPCA
Banco Pactual	Pactual FI RF IMA-B	R\$ 2.223.762,86	IMA-B
Gávea Ações FIC de FIA	Gávea Ações FIC de FIA	R\$ 6.703.191,22	VARIÁVEL

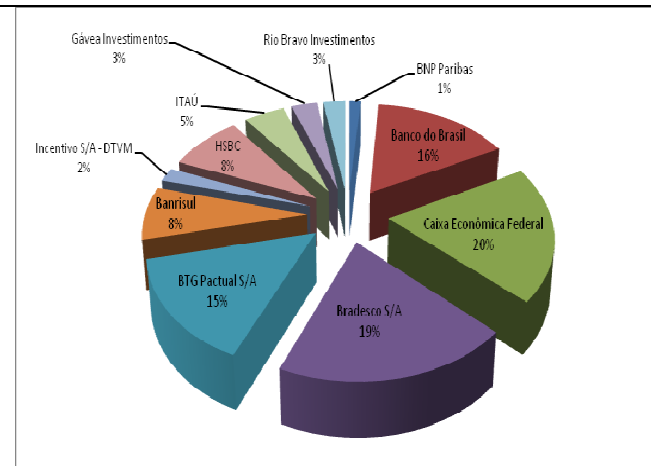
Rio Bravo	Rio Bravo FII THE ONE	R\$ 630.800,00	IMOBILIÁRIO
Rio Bravo	Rio Bravo FII Renda Corporativa	R\$ 582.546,38	IMOBILIÁRIO
Rio Bravo	Rio Bravo FII Crédito Imobiliário II	R\$ 246.030,00	IMOBILIÁRIO
Rio Bravo	RIO BRAVO Fundamental FI em Ações	R\$ 3.751.772,24	VARIÁVEL
BNP Paribas	BNP Paribas SPIN FI RF Longo Prazo	R\$ 2.031.285,03	IMA GERAL
Banco Safra	Safra Capital Market Institucional DI	R\$ 1.020.161,09	CDI
Santander	Santander FIC FI Corporate Referenciado DI	R\$ 872.301,10	CDI
Santander	Santander FICFI IMA-B TP RF	R\$ 121.299,31	IMA-B
Santander	Santander FICFI IRF-M 1+ TP RF	R\$ 710.569,53	IRFM-1
Banrisul	Prev. Municipal	R\$ 5.049.246,31	IMA GERAL
Banrisul	Patrimonial FI Renda Fixa de LP	R\$ 2.537.467,72	IMA GERAL
Banrisul	Banrisul Prev. Mun. III	R\$ 1.582.954,59	IMA-B
Disponibilidades Financeiras	Disponibilidades Financeiras	R\$ 11.440,54	
Saldo em 28/06/2013		R\$ 157.528.200,75	

2. Distribuição de Recursos por instituição financeira:

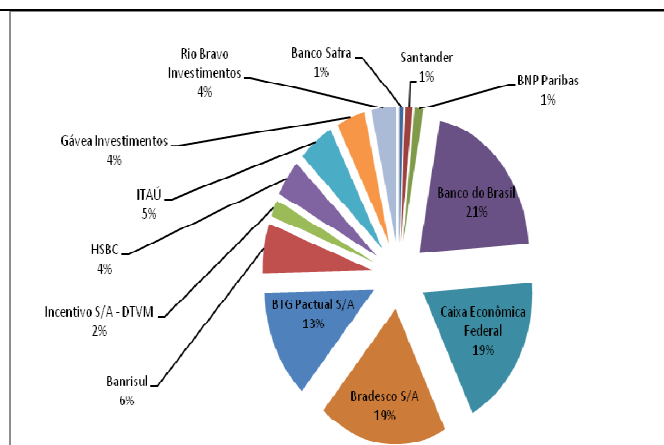
2.1. Em 30/11/2012:



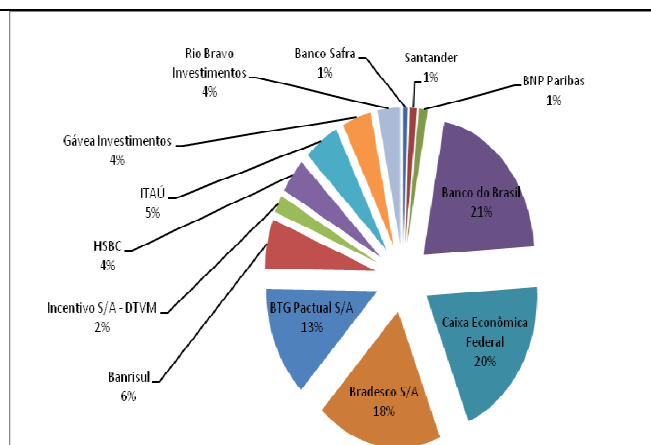
2.2. Em 31/12/2012:



2.3. Em 30/04/2013:

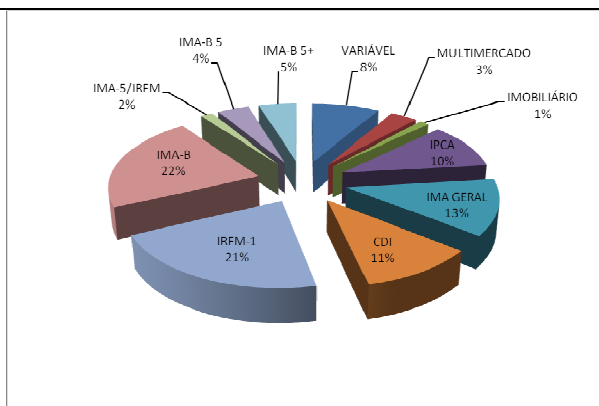


2.3. Em 30/06/2013:

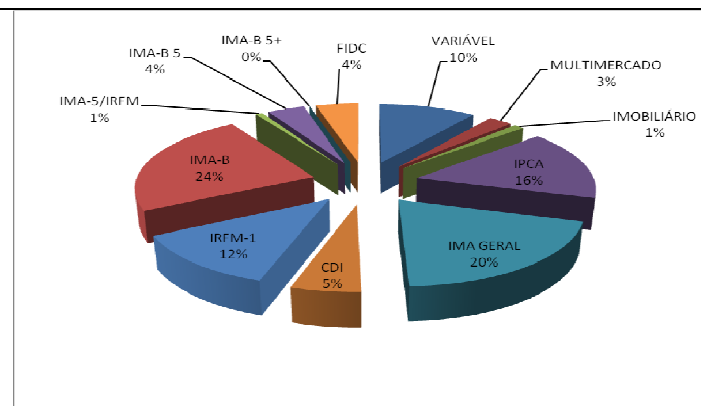


3. Distribuição por total da Carteira por Índice de Referência:

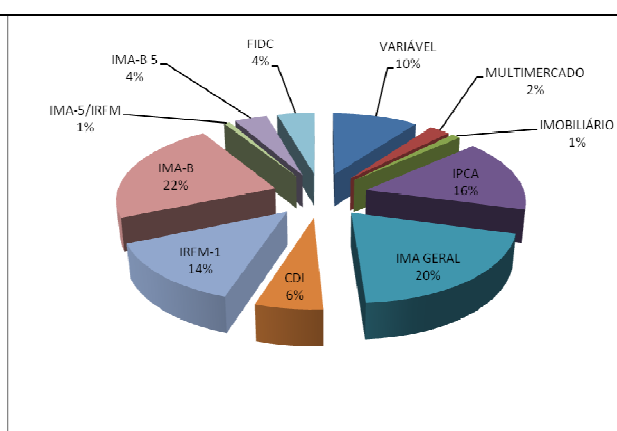
3.1. Em 31/12/2012:



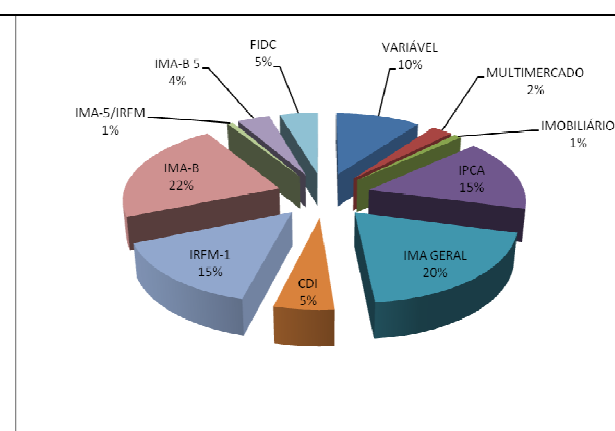
3.2. Em 31/03/2013:



3.3. Em 30/04/2013:



3.4. Em 30/06/2013:



4. Retorno da carteira e comparativo com a meta atuarial (IPCA + 6% a.a.):

RESULTADOS DE 2013			
Período	Carteira	Meta Atuarial	% Atingido da Meta
Janeiro	0,46	1,34	34%
Fevereiro	-0,81	1,08	-75%
Março	-0,23	0,96	-24%
Abril	1,04	1,03	101%
Maio	-1,55	0,86	-181%
Junho	-1,61	0,75	-215%
Julho	0,00	0,00	#DIV/0!
Agosto	0,00	0,00	#DIV/0!
Setembro	0,00	0,00	#DIV/0!
Outubro	0,00	0,00	#DIV/0!
Novembro	0,00	0,00	#DIV/0!
Dezembro	0,00	0,00	#DIV/0!
Acumulado	-2,70	6,17	-44%

RESULTADOS DE 2012			
Período	Carteira	Meta Atuarial	% Atingido da Meta
Janeiro	1,54	1,05	147%
Fevereiro	1,85	0,94	197%
Março	1,45	0,70	207%
Abril	3,20	1,13	283%
Maio	1,18	0,85	139%
Junho	-0,17	0,57	-30%
Julho	1,63	0,92	177%
Agosto	1,05	0,90	117%
Setembro	0,99	1,06	93%
Outubro	2,30	1,08	213%
Novembro	0,66	1,09	61%
Dezembro	1,59	1,28	124%
Acumulado	18,66	12,20	153%

RESULTADOS DE 2011			
Período	Carteira	Meta Atuarial	% Atingido da Meta
Janeiro	-0,39	1,43	-27%
Fevereiro	0,68	1,03	66%
Março	1,34	1,15	117%
Abril	0,40	1,21	33%
Maio	1,10	1,06	104%
Junho	-0,18	0,71	-25%
Julho	0,49	0,49	100%
Agosto	2,87	0,91	315%
Setembro	0,74	0,94	79%
Outubro	1,40	0,81	173%
Novembro	1,41	1,06	133%
Dezembro	0,16	1,00	16%
Acumulado	10,45	12,46	84%

COMPARATIVO ÚLTIMOS 12 MESES													
	jun/13	mai/13	abr/13	mar/13	fev/13	jan/13	dez/12	nov/12	out/12	set/12	ago/12	jul/12	Acumulado
Carteira	-1,61	-1,55	1,04	-0,23	-0,81	0,46	1,59	0,66	2,30	0,99	1,05	1,63	5,57
Meta Atuarial	0,75	0,86	1,03	0,96	1,08	1,34	1,28	1,09	1,08	1,06	0,90	0,92	13,07

5. Configuração de despesas no exercício de 2013:

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Repasse valores PATRONAL ao BCPREVI	1.398.369,31	1.375.511,35	1.391.301,89	1.346.268,25	1.480.677,00	1.334.226,32
Repasse valores RETIDO ao BCPREVI	683.247,15	671.481,12	678.574,83	710.457,20	714.706,53	713.419,47
Aposentados/Pensionistas	479	483	486	492	494	500
Despesas Folha de Pagamento	R\$ 1.091.898,44	R\$ 1.113.938,34	R\$ 1.010.815,01	R\$ 1.035.993,34	R\$ 1.074.829,88	R\$ 1.095.859,34
Benefícios Constitucionais	R\$ 79.269,29	R\$ 85.108,50	R\$ 109.339,69	R\$ 116.735,80	R\$ 126.892,60	R\$ 138.666,31
Valor máximo para Despesas Administrativa	R\$ 176.021,67	R\$ 176.021,67	R\$ 176.021,67	R\$ 176.021,67	R\$ 176.021,67	R\$ 176.021,67
Despesas Administrativas (TOTAL)	R\$ 111.471,98	R\$ 95.305,89	R\$ 101.001,77	R\$ 80.748,30	R\$ 142.337,38	R\$ 117.140,25
Salário/Obrigações Patronais Servidores BCPREVI	R\$ 20.809,71	R\$ 38.548,19	R\$ 22.102,40	R\$ 31.827,44	R\$ 26.964,92	R\$ 31.860,66
Obrigações Patronais (FUNSERVIR)	R\$ 0,00	R\$ 21.901,12	R\$ 45.792,29	R\$ 0,00	R\$ 47.061,02	R\$ 24.241,76
Diárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 772,20	R\$ 346,50	R\$ 0,00	R\$ 178,20
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Gás Engarrafado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Gêneros de Alimentação	R\$ 0,00	R\$ 340,50	R\$ 0,00	R\$ 90,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Material de Expediente	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 190,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Material Elétrico e Eletrônico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Material de Processamento de Dados	R\$ 0,00	R\$ 1.937,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 290,00	R\$ 0,00
Material de Copa e Cozinha	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Material de Limpeza e Produto de Higienização	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 961,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Material para Manutenção de Bens Imóveis	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 124,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Material para Manutenção de Bens Móveis	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 316,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Material para Manutenção de Veículos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Material para Sinalização Visual e Afins	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Aquisição de softwares de base	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.500,00
Outros Materiais de Consumo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 552,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Locação de imóvel	R\$ 4.589,34	R\$ 4.589,34	R\$ 5.239,68	R\$ 650,34	R\$ 5.239,68	R\$ 5.239,68
Assinatura de Periódicos e Anuidades	R\$ 1.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Serviços técnicos profissionais	R\$ 0,00	R\$ 638,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.330,00	R\$ 0,00
Manutenção de Softwares	R\$ 0,00	R\$ 366,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Locação de Softwares	R\$ 0,00	R\$ 5.192,05	R\$ 0,00	R\$ 9.543,25	R\$ 14.271,90	R\$ 13.360,55
Locação de Máquinas e Equipamentos	R\$ 760,00	R\$ 0,00	R\$ 380,00	R\$ 190,00	R\$ 190,00	R\$ 760,00
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip.	R\$ 0,00	R\$ 570,00	R\$ 0,00	R\$ 160,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Manutenção e Conservação de Veículos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Coleta de Lixo de Demais Resíduos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 104,95	R\$ 0,00
Serviços de Energia Elétrica	R\$ 99,89	R\$ 479,22	R\$ 1.020,87	R\$ 337,15	R\$ 0,00	R\$ 331,12
Serviços de Comunicação em Geral	R\$ 119,05	R\$ 234,17	R\$ 389,09	R\$ 61,36	R\$ 47,05	R\$ 179,51
Serviços de Seleção e Treinamento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 250,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Serviços de Processamento de Dados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.359,12
Serviços de Telecomunicações	R\$ 1.251,98	R\$ 0,00	R\$ 917,87	R\$ 1.578,14	R\$ 807,29	R\$ 0,00
Serviços Gráficos e Editoriais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 316,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Serviços Judiciários	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Seguro em Geral	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Vigilância Ostensiva/monitorada	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Serviços Bancários	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 79,45	R\$ 0,00	R\$ 25,70	R\$ 0,00
Despesas de Teleprocessamento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 183,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Obrigações tributárias e contributivas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Taxas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Sentenças Judiciais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Serviços de Apoio Administrativo, técnico e Oper.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Aparelhos e equipamentos de comunicação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Equipamentos de Proteção, segurança, socorro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 268,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Equipamentos de Processamentos de Dados	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.500,00	R\$ 1.815,00	R\$ 0,00
Máquinas e Equipamentos Energéticos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PASEP	R\$ 80.142,01	R\$ 20.509,65	R\$ 22.533,52	R\$ 32.077,34	R\$ 44.189,87	R\$ 34.129,65
Total das Despesas	R\$ 1.282.639,71	R\$ 1.294.352,73	R\$ 1.221.156,47	R\$ 1.233.477,44	R\$ 1.344.059,86	R\$ 1.351.665,90

No item “despesas administrativas”, o BCPREVI tem autorizado um limite máximo de gastos de até 2% do seu patrimônio líquido (projetado R\$ R\$ 176.021,67 para cada mês do exercício de 2013).

Face ao realizado no período de janeiro a junho do corrente ano de 2013, visualizamos que o BCPREVI obteve uma considerável eficiência, visto que o gasto efetivo ficou abaixo do limite máximo possível, incorporando um ganho (no período) de R\$ 408.124,45, ao fundo previdenciário (e por consequência na melhoria do cumprimento da meta atuarial, amenizando em parte as intempéries do mercado neste período).